

As prioridades de nosso sistema são muito claras e foram colocadas ontem, em Belo Horizonte, já na abertura do Encontro Regional Leste, presentes perto de uma centena e meia de dirigentes e profissionais de associadas mineiras. “Buscar a desoneração é uma delas, talvez a principal”, apontou o Presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto. Ao lado na mesa, a presidente do Sindapp, acrescentou “a firme defesa do ato regular de gestão como uma preocupação permanente do Sindapp, que se prepara cada vez mais para isso”. O Presidente do ICSS, Vitor Paulo Camargo Gonçalves, por sua vez, mostrou o esforço do Instituto para estar crescentemente à altura da missão certificadora que recebeu. Moderador desse painel inicial, voltado para o tema “Como Formar uma Maior e Melhor Poupança de Longo Prazo”, o Diretor Guilherme Velloso Leão disse aparentemente não existir temática mais relevante para um País que, de um lado, tem uma baixa taxa de poupança e, de outro lado, ao dispor de sua economia um sistema que reúne todas as condições para provê-la.

José Ribeiro notou que a desoneração é um objetivo tão fundamental, considerando a urgência que o sistema tem de voltar a crescer, que não pode deixar de ser buscada mesmo em momentos como o atual, em que o País enfrenta dificuldades. Mesmo porque, reduzir o ônus das nossas entidades não significa o governo perder receita, uma vez que não se está pregando renúncia fiscal. Importante é livrar as entidades de exigências que oneram sem oferecer contrapartida.

Diagnóstico - O fato de em postos-chaves do governo encontrarem-se pessoas especialmente conhecedoras de nosso sistema, notou José Ribeiro, recomenda que não adie a busca de objetivos que são estratégicos. O diálogo em momentos como esse fica mais fácil e, para não perder tempo, a Abrapp está apurando através de pesquisa um profundo diagnóstico do quadro atual e do que se faz necessário para que sejam abertas novas perspectivas. “Isso irá balizar as nossas ações futuras”, disse.

Ao lado das questões estratégicas temos, é claro, outras mais urgentes, pode-se dizer táticas. Entre as mais imediatas está assegurar um melhor encaminhamento para o problema da solvência, que por acenos feitos pelas autoridades deverá ser resolvido já na próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Se assim for, afiançou, se terá fechado com chave de ouro os avanços que começaram no final do ano passado com as novas regras de precificação de ativos e passivos.

Outra questão tática é se conseguir alterações de ordem tributária que façam mais empresas e pessoas se sentirem atraídas para a vertente fechada da previdência complementar. Isso se poderá fazer com muito pouco, bastando alcançar com um esforço mínimo as pessoas jurídicas que declaram pelo regime de lucro presumido e as físicas que utilizam o formulário simplificado da declaração anual de ajuste do IR. Por fim, enalteceu o papel da UniAbrapp no esforço em favor da qualificação de nossos quadros profissionais, notando ter a nossa universidade corporativa iniciado as suas atividades até antes do previsto.

Nélia Pozzi sublinhou o quanto o Sindapp está se estruturando para se preparar cada vez mais para atuar com força em defesa do ato regular de gestão. Mas notou que, sem a valorização da ética por todos os envolvidos, todo esse esforço pode se perder, inclusive prejudicando a defesa do dirigente apenas no órgão recursal.

Nesse sentido, Nélia lembrou que o sindicato realiza todos os anos um evento exatamente para tratar da ética, ponto de partida de uma governança que funciona e traz verdadeiros benefícios. Ela também pediu o incremento da supervisão baseada em risco.

Vitor Paulo iniciou a sua fala elogiando a Resolução nº 19, uma vez que ela recolocou o CNPC como fórum de normatização da questão da certificação, mas reconheceu que a nova norma ficou aquém do esperado. Lamentou especialmente a regra que manda certificar 100% dos filiados, quando o correto a seu ver é que a maioria estivesse sujeita a essa exigência.

Vitor Paulo salientou o esforço de atualização que o ICSS está fazendo, especialmente no que diz respeito à renovação do banco de questões utilizado na certificação por prova. Manifestou ainda a sua convicção de que o surgimento da UniAbrapp facilitará a missão do Instituto de disseminar a qualificação.

Credibilidade - Para pavimentar o caminho do crescimento, disse por sua vez Paulo César dos Santos, Diretor da SPPC, é preciso ter credibilidade e isso é algo que só se alcança com capacitação. “Precisamos mais que nunca de quadros profissionais qualificados. E não apenas preparados, mas capazes de quebrar paradigmas”, sublinhou Paulo César, explicando que essa capacidade de ser criativo resulta da convicção de que é preciso se reinventar. “O que é bom hoje não continuará necessariamente assim no futuro”, resumiu.

O sistema e as suas normas estão evoluindo, disse, citando medidas como a ampliação do conceito de participantes de fundos instituídos, novas regras que pautam a certificação e precificação de ativos e passivos.

Por sua vez, José Roberto Ferreira, Diretor de Análise Técnica da Previc, começou notando que o custo médio mensal por participante em nosso sistema beira os R\$ 100, para em seguida acrescentar: “a previdência complementar fechada precisa ser barata, simples e segura”.

O desafio para o sistema, acrescentou José Roberto, não é apenas gastar menos, mas também fazê-lo melhor. Desafiante também, segundo ele, é explicar-se melhor ao seu participante atual e ao potencial, tornando o sistema melhor entendido.

No painel jurídico, sobre o tema “Agenda Prioritária do Judiciário e a Gestão Preventiva do Contencioso”, os expositores foram Fábio Lucas de Albuquerque Lima, Procurador-Chefe da Previc, e Adacir Reis, Consultor Jurídico do Centro de Estudos Jurídicos da Previdência Complementar (CEJUPREV) e mediador Luis Ricardo Marcondes Martins, Diretor da Abrapp.

Fábio Lucas reforçou a importância da conciliação, mediação e arbitragem, destacando o papel da CMCA (Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc) nesse sentido. Apresentou os princípios e objetivos da CMCA e seus integrantes, bem como o seu funcionamento. Oferece independência, imparcialidade e confidencialidade.

Adacir Reis abordou a questão da gestão dos riscos jurídicos, incluindo o risco legal e o Judiciário.

Na gestão preventiva de riscos jurídicos, disse haver uma série de desafios, como o exame de adequação dos atos de gestão à legislação, às normas do CNPC e CMN, bem como aos estatutos e regulamentos.

Os aspectos relativos à governança também são importantes, como definição clara de atribuições e responsabilidades.

Na gestão do contencioso, acrescentou Adacir, abre-se outra agenda, como a condução própria dos processos ou a terceirização. É importante, segundo ele, destacar na defesa em juízo os princípios, leis e contratos que regem a matéria em conflito. A perícia atuarial, feita por atuários, também é importante para demonstrar eventuais impactos das demandas.

Por fim, além de destacar as recentes vitórias do sistema no Judiciário, Adacir realçou a necessidade de se desenvolver uma cultura de resolução múltipla de conflitos, como a negociação, mediação e arbitragem.

Solvência - No painel sobre “Solvência de Planos de Benefícios, Compartilhamento de Riscos e seus Efeitos na Gestão das EFPCs”, os expositores foram Sílvia Rangel Silveira, Coordenadora da CT Ad Hoc de Precificação de Ativos, Passivos e Solvência de Planos da Abrapp, João Marcelo Carvalho, Diretor de Operações e Previdência da Gama Consultores Associados, e José Roberto Ferreira, diretor de Análise Técnica da Previc, ficando a coordenação dos trabalhos nas mãos de Nairam Félix

de Barros, diretor da Abrapp. Este último sublinhou a oportunidade do tema que estava ali sendo tratado e que, por sua complexidade, requer um espaço maior para apresentação. Disso sairão os esclarecimentos necessários.

Sílvio fez uma ampla exposição, que arrematou apresentando uma síntese das sugestões da Abrapp relativamente à solvência. No que diz respeito ao equacionamento de déficits, o que defendemos é dar ao déficit um tratamento proporcional ao duration do planos ($\text{Limite} = 1\% \times \text{duration do plano}$, sendo que o limite de déficit se reduz com a diminuição do duration, num mecanismo autoajustável).

Ao mesmo tempo, notou Sílvio, a adequação do limite do déficit torna desnecessário que haja um gatilho. Na hipótese de não eliminação, defendemos que se adote o entendimento de déficits do exercício consecutivos, com prazos de gatilho proporcionais ao duration. Para se conseguir ajustar o prazo de equacionamento, o raciocínio a seguir será o de entender a duration ao equacionar igual a 70% do duration dos pagamentos.

Havia, lembrou Sílvio, a expectativa de que o debate a esse respeito seria concluído até fins de março e que, logo em seguida, viria uma decisão no âmbito do CNPC. Como tal não se confirmou, concluiu Sílvio, “existe a necessidade de retomar o debate, com vistas ao consenso sobre diagnóstico e solução para essa questão”.

João Marcelo retomou as propostas da Abrapp relativamente à solvência, explicando que, no lugar da regra atual que fala hoje em limite de déficit de 10% e de reserva de contingência de 25% das provisões em BD de todos os planos previdenciais, sugerimos limites de solvência variando de acordo com a duração do passivo. Ao invés da redação atual com gatilho aos 3 anos consecutivos para equacionamento de déficits abaixo do limite de 10%, o que desejamos ver no lugar é a dispensa do gatilho, pois o limite iria variar com a duração do passivo.

Propomos ainda a troca da regra atual, que define prazo de equacionamento máximo igual a duration, por um prazo compatível com a duração do passivo, mas não limitado a este.

João Marcelo lembrou entender a ABRAPP como necessária, relativamente à solvência, uma proposta estrutural, sem casuísmos, que vise regras que reconheçam a individualidade dos planos. “Neste contexto, é necessário termos regras de solvência “positiva” ou “negativa”, de forma a observar critérios similares”, sinalizou.

O evento em Belo Horizonte teve como patrocinadores a BlackRock, BRAM - Bradesco Asset Management, Cetip, Ecoagro, Itaú, Oceana Investimentos e Infra Asset Management.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 23.04.2015.